



## Da escola distrital de habilitação para o magistério primário à escola de ensino normal de Leiria: uma análise a partir das atas do conselho escolar (1899-1919)<sup>1</sup>

From the district school of habilitation for the magisterium primary to the normal school of teaching of Leiria: an analysis from the minutes of the school board (1899-1919)

De la escuela distrital de habilitación para el magisterio primario a la escuela normal de educación de Leiria: un análisis a partir de las actas del consejo escolar (1899-1919)

Virgínia Pereira da Silva de Ávila  
Universidade de Pernambuco (Brasil)  
<https://orcid.org/0000-0002-2634-1474>  
<http://lattes.cnpq.br/4618776221936510>  
[virginia.avila@upe.br](mailto:virginia.avila@upe.br)

Justino Magalhães  
Universidade de Lisboa (Portugal)  
<https://orcid.org/0000-0001-9464-6782>  
<https://www.cienciavita.pt/portal/2919-3D7C-E886>  
[justinomagalhaes@ie.ulisboa.pt](mailto:justinomagalhaes@ie.ulisboa.pt)

### Resumo

Este texto incide sobre a história da primeira escola de ensino normal do distrito de Leiria, Portugal, no período entre 1899 e 1919. A delimitação temporal compreende o início e o encerramento de suas atividades. Com base na análise da repercussão local das reformas de ensino, buscou identificar, integrar e explicar os principais eventos que marcaram a história da instituição. Tomou-se a sequência de acontecimentos e decisões mencionadas nas atas do Conselho escolar, como referência principal para definir o sentido histórico, em articulação com a análise longitudinal e cruzada das outras fontes internas. A história da escola de ensino normal de Leiria é também uma história regional e local, em total articulação com a história da profissão docente e como parte significativa da história da educação em Portugal.

**Palavras-chave:** Magistério primário. Reformas de ensino. História da educação.

---

<sup>1</sup> A pesquisa é fruto de estágio pós-doutoral realizado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, entre os anos de 2018 e 2019, sob a supervisão do Professor Catedrático, Justino Magalhães, cuja participação e estímulo foram fundamentais durante a minha estadia em Leiria. Um agradecimento especial à Universidade de Pernambuco (UPE), que concedeu afastamento integral, tornando possível a realização deste trabalho.

## Abstract

This text focuses on the history of the first normal education school in the district of Leiria, Portugal, in the period between 1899 and 1919. The temporal delimitation includes the beginning and the closing of its activities. Based on the analysis of the local repercussion of the education reforms, it sought to identify, integrate and explain the main events that marked the history of the institution. The sequence of events and decisions mentioned in the school council minutes was taken as the main reference to define the historical meaning, in articulation with the longitudinal and cross analysis of the other internal sources. The history of the normal school of leiria is also a regional and local history, in full articulation with the history of the teaching profession and as a significant part of the history of education in Portugal.

**Keywords:** Primary school. Teaching reforms. History of education.

## Resumen

Este texto se centra en la historia de la primera escuela de educación normal del distrito de Leiria, Portugal, en el período comprendido entre 1899 y 1919. La delimitación temporal incluye el inicio y el cierre de sus actividades. A partir del análisis de la repercusión local de las reformas educativas, se buscó identificar, integrar y explicar los principales acontecimientos que marcaron la historia de la institución. La secuencia de eventos y decisiones mencionadas en las actas del consejo escolar fue tomada como referencia principal para definir el significado histórico, en articulación con el análisis longitudinal y transversal de las otras fuentes internas. La historia de la escuela normal de leiria es también una historia regional y local, en plena articulación con la historia de la profesión docente y como parte significativa de la historia de la educación en Portugal.

**Palabras clave:** Escuela primaria. Reformas educativas. Historia de la educación.

Este texto sobre a escola de ensino normal do distrito de Leiria, analisa o período entre 1899 e 1919, que compreende o início e o encerramento de suas atividades. Com base na análise da repercussão local das reformas de ensino em Portugal, buscou identificar, integrar e explicar os principais eventos que marcaram a história da instituição registrados no livro de atas das sessões do conselho escolar<sup>2</sup>.

As fontes de pesquisa incluíram livros de matrícula, termos de entrega de diplomas, jornais e fotografias<sup>3</sup>. Tomou-se a sequência de acontecimentos e decisões mencionadas nas atas do Conselho escolar, como referência principal para definir o sentido histórico, em articulação com a análise longitudinal e cruzada das outras fontes internas. Tal cruzamento possibilitou a projeção de eixos de desenvolvimento e evolução, que a leitura da imprensa local e regional, e o confronto com a historiografia permitiram aferir, depurar, comprovar, adensar. A narrativa que se apresenta integra-se na história institucional. A história da escola de ensino normal de Leiria é também uma história regional e local, em total articulação com a história da profissão docente e como parte significativa da história da educação em Portugal.

Na escolha do referencial teórico, articula-se o diálogo com autores do campo da história e da historiografia da educação portuguesa, especificamente relacionados ao estudo da história das instituições escolares em perspectiva regional e local, bem como da formação de professores tais quais Fernandes (1979), Nóvoa (1987), Adão (1992), Candeias (2005), Magalhães (2010), Mogarro e Pintassilgo (2015) entre outros não menos importantes.

O texto está organizado em três seções. A primeira, Contexto da formação de professores em Portugal na transição do século XIX para o XX, apresenta um breve histórico da formação de professores em âmbito nacional e local. Na segunda, Da escola distrital de habilitação para o magistério primário à escola de ensino normal de Leiria (Primeira fase), busca-se reconstruir a origem da primeira escola de habilitação para o magistério primário do distrito de Leiria (1899) e sua transformação em escola de ensino normal (1902), no contexto de reformas e de expansão das escolas normais e escolas de habilitação para o magistério primário, iniciada no final do século XIX. A terceira seção, A escola normal e a República: “o homem vale, sobretudo, pela educação que possui” (Segunda fase), examina as mudanças na configuração pedagógica da escola de ensino normal de Leiria, na passagem do regime monárquico para o republicano (1910), bem como sua consolidação como agência responsável pela formação do magistério primário nas duas primeiras décadas do século XX, até o seu fechamento.

Para finalizar, fazem-se algumas considerações no que se relaciona às permanências e mudanças na normatização da EEN no âmbito das reformas de ensino, bem como o papel desempenhado na formação de professores primários no distrito de Leiria.

---

<sup>2</sup> O livro de atas é de cor marrom, contém 200 folhas, todas escritas frente e verso. Até a página 150, foram lavradas as atas do Conselho Escolar da Escola Distrital de Habilitação para o Magistério Primário (1899-1902) e da Escola de Ensino de Normal (1902-1919). Das páginas 151 até a 200, constam as atas da Escola Primária Superior (1919-1925). Entre 1899 e 1919, foram lavradas 249 atas das sessões do conselho escolar de caráter ordinário e extraordinário, sendo realizadas em média de 12 a 14 sessões mensalmente, com prevalência de sessões ordinárias.

<sup>3</sup> O corpus documental mobilizado na investigação encontra-se no Arquivo Distrital de Leiria (ADLRA), no Fundo documental da Administração Central, sob o título Escola do Magistério Primário de Leiria.

## Contexto da formação de professores em Portugal na transição do século XIX para o XX

Remontam ao final do século XIX, as primeiras iniciativas para criar no distrito de Leiria<sup>4</sup>, uma escola de habilitação de professores para o ensino primário. Em março de 1896 já é possível identificar a existência ou o prenúncio de uma escola para o magistério primário nas páginas do Jornal *O Distrito de Leiria*<sup>5</sup>, quando menciona que, “No fim dos exames do ensino secundário começarão nos Lyceus os exames para o magistério primário, cujo programma deve ser brevemente publicado” (1896, n. 729). Esses exames de habilitação eram realizados no Liceu, sob a autoridade dos respectivos reitores, que eram também os comissários distritais dos estudos.

Mas foi em 17 de novembro 1897, em conformidade com o Regulamento Geral do Ensino Primário, aprovado pelo Decreto Real de 18 de junho de 1896, que foi autorizada a criação de cursos de habilitação para o Magistério no país e que a Câmara Municipal de Leiria solicitou ao governo a criação de uma escola mista de habilitação para o Magistério Primário (CABRAL, 1993). O Decreto de criação foi publicado no Diário do Governo em 26 de fevereiro de 1898, ficando, porém, a nomeação do pessoal e a instalação dependentes de aprovação da Câmara Municipal para o fornecimento da casa e do material escolar.

A formação dos futuros professores do ensino primário consta do Regulamento aprovado pelo Decreto Real de 18 de Junho de 1896, determinado pela Lei de 22 de Dezembro de 1894. Da parte II do Regulamento, consta o título de Ensino Complementar e Cursos de Habilitação para o Magistério. Na opinião do jornal *Correio de Leiria*<sup>6</sup> (1898, n. 160), o pedido de criação de uma escola de magistério primário havia caído no esquecimento e dele não sairia sem a interferência do Barão de Salgueiro<sup>7</sup> junto à Câmara Municipal<sup>8</sup>. Conclui o referido jornal que “os benefícios que a escola traz para esta cidade estão no ânimo de todos”.

O ânimo a que se refere o *Correio de Leiria* não era sem razão, pois que, no distrito de Leiria, em 1890, de uma população total de 217.278 habitantes, 188.530 eram analfabetos (86%). Entre a população alfabetizada, sabiam ler 2.391 homens e 1.694 mulheres, e sabiam ler e escrever 17.800 homens e 6.863 mulheres (CORREIO DE LEIRIA, 1895, n. 10)<sup>9</sup>. O número de homens alfabetizados era praticamente o triplo do de mulheres. Havia em Portugal e ilhas adjacentes quatro milhões de analfabetos em uma população de cinco milhões de habitantes (CORREIO DE LEIRIA, 1897, n. 137).

É neste contexto que a formação de professores primários assume um lugar estratégico no combate ao analfabetismo em Portugal, embora nas primeiras décadas do século XX, a carreira docente não se apresente de forma a atrair muitos jovens interessados na profissão do magistério, considerando principalmente a questão dos vencimentos, que eram insuficientes em face ao custo de vida, como bem assinalado por Adão (1992). Em Leiria, o curso de habilitação para o magistério primário funcionou inicialmente na Escola Distrital de Habilitação para o Magistério Primário (EDHMP), no período de 17 de outubro de 1899 a 9 de agosto de 1902. A partir de 22 de outubro passa a designar-se Escola de Ensino Normal de Leiria (EEN). Com

<sup>4</sup> Cidade portuguesa, capital do distrito de Leiria, situada no Centro de Portugal, na província da Beira Litoral, sede da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, no Centro de Portugal com cerca de 63.000 habitantes no seu perímetro urbano. População total de 126.897 habitantes (2011), subdividido em 18 freguesias, o que faz dela o segundo concelho mais populoso das Beiras, só superado por Coimbra. Informações disponíveis em: [https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos2011\\_apresentacao&xpid=CENSOS](https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos2011_apresentacao&xpid=CENSOS). Acesso em 20 ago. 2018.

<sup>5</sup> Semanário Regenerador – Liberal. Proprietário Visconde de São Sebastião. Diretor José Maria Adrião.

<sup>6</sup> Folha semanal, literária, noticiosa e agrícola de circulação local, de responsabilidade do redator B. Teixeira.

<sup>7</sup> O Barão do Salgueiro, José de Faria Pinho Vasconcellos Soares D’Albergaria (1838-1915), foi nomeado para o Governo Civil do Distrito de Leiria em outubro de 1897 (CORREIO DE LEIRA, 1897).

<sup>8</sup> No Brasil, equivale a prefeitura Municipal.

<sup>9</sup> O jornal utiliza o termo “varões” para os homens e “fêmeas” para as mulheres.

essa mudança, a escola buscava adequar-se à reforma do ensino primário de 1901, inserindo-se no contexto de expansão do ensino normal e das escolas do magistério primário no país.

Entre 1887 e 1901, foram criadas em Portugal várias escolas de formação de professores primários: Escola Mista Distrital de Habilitação para o Magistério Primário de Braga (1897/1898); Escola Distrital de Habilitação para o Magistério Primário de Castelo Branco (1897/1898); Escola de Habilitação para o Magistério Primário de Portalegre (1898); Escola Distrital de Habilitação para o Magistério Primário no Algarve (1899); Escola de Habilitação para o Magistério Primário na Madeira (1900); Escola Normal de Coimbra (1901). (PINTASSILGO, *et al.*, 2012).

Com relação à EEN, estudos realizados por Cabral (1993) indicam que esta funcionou na casa de propriedade de Luis Maria Xavier de Carvalho. Em 1904, a edilidade concordou em mudar a escola para um prédio de D. Maria José Pimentel, situado na rua do Liceu. As obras de adaptação para o pleno funcionamento da escola deveriam ser concluídas no final de 1910.<sup>10</sup>

Em razão das dificuldades encontradas para a sua instalação, em 1914 a EEN passa a funcionar no antigo Paço Episcopal, cujo projeto de adaptação de parte do andar nobre foi assinado pelo arquiteto Ernesto Korrodi<sup>11</sup>. A Escola Central Feminina, por sua vez, também designada Escola Primária Oficial<sup>12</sup>, destinada à prática pedagógica dos futuros professores primários, passou a funcionar no Convento de Santana, depois no Convento da Portela. Em 23 de agosto de 1916, tanto a EEN como a escola anexa foram transferidas para o Convento São Estevão (CABRAL, 1993).

Durante o século XX, a história do Convento de São Estevão esteve intimamente ligada à formação de professores primários, servindo de sede para quatro instituições oficiais de ensino: Escola de Ensino Normal (1916-1919), Escola Primária Superior (1919-1926), Escola do Magistério Primário (1959-1986), e a Escola Superior de Educação de Leiria, criada formalmente em 1979, como escola autónoma, iniciando as suas atividades letivas em 1985. Em abril de 1987, foi integrada ao Instituto Politécnico de Leiria. Atualmente, designa-se Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (ESECS), integrada ao Politécnico de Leiria<sup>13</sup>.

A última alteração na designação da EEN ocorreu em 1919, como parte da Reforma Leonardo José Coimbra que, em 1 de julho de 1919, transformou em Escolas Primárias Superiores (EPS)<sup>14</sup> as antigas Escolas Normais de Lisboa, Porto e Coimbra, bem como as de Habilitação ao Magistério do Ensino Primário nas sedes dos demais distritos do país (SILVA, 2012, BARREIRA, 2017). De curta duração, as Escolas Primárias Superiores vieram a ser encerradas pelo Decreto n.º 9354 de 7 de janeiro de 1924, assinado pelo ministro António Sérgio e reabertas pelo Decreto n.º 10248 de 4 de novembro de 1924. Alçadas à condição de

<sup>10</sup> Não foram localizados registros sobre o uso dos prédios e condições de pagamento, por exemplo. Pesquisas mais aprofundadas junto ao registro de imóveis do concelho de Leiria, podem auxiliar na identificação de vestígios do prédio da rua do antigo Liceu. No Brasil, concelho é equivalente e assume a designação de município.

<sup>11</sup> Ernesto Korrodi (Ernst Korrodi), nasceu em Zurique (Suíça) a 30 de janeiro de 1870. Naturalizou-se português e em 29 de Abril de 1901, casou com Quitéria da Conceição Maia, natural de Leiria e professora do Ensino Primário, na freguesia dos Marrazes. Foi um dos pioneiros e dos mais bem sucedidos arquitetos da Arte Nova em Portugal, tendo conquistado duas vezes o Prémio Valmor. O Arquivo Distrital de Leiria conta com um fundo documental constituído maioritariamente pelas plantas e projetos arquitetónicos realizados pelo Arq.º Ernesto Korrodi e seu filho o Arq.º Camilo Korrodi. Disponível em: <https://digitarq.adlra.arquivos.pt/details?id=1005820>. Acesso em: 20 ago. 2018.

<sup>12</sup> Escola de aplicação anexa à Escola de Habilitação para o Magistério Primário e posteriormente à Escola de Ensino Normal de Leiria.

<sup>13</sup> Em 10 de outubro de 2016 o prédio sofreu um incêndio, causando enorme prejuízo ao património histórico-educativo da cidade. A parte que ardeu era utilizada para guardar equipamentos e instrumentos dos estudantes da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (ESECS). Atualmente o prédio está desativado, sendo uma parte utilizada pela Guarda Nacional Republicana (GNR). Ver, a esse respeito, Alves (2015).

<sup>14</sup> Decreto n.º 5504 de 5 de maio de 1919, Artigo 1.º

Institutos de Educação e de preparação técnica de caráter regional, as EPS foram extintas em 30 de junho de 1926<sup>15</sup>, durante a Ditadura Militar (1926-1933) que antecedeu o regime do Estado Novo (1933-1974).

No período em estudo, Leiria era capital de um distrito com assimetrias regionais, onde se faziam sentir alterações estruturais associadas ao crescimento demográfico; a uma industrialização emergente, revitalizando os polos artesanais; à implementação de uma rede de comunicação viária; à dinâmica proporcionada pelos eixos ferroviários, ligando Coimbra a Lisboa, particularmente a linha do Oeste que atravessava o distrito ligando os principais núcleos urbanizados. Desde finais do século XIX, que a economia termal e de veraneio trazia ao distrito uma outra perspectiva de progresso e urbanismo.

Leiria era também capital de um município onde o núcleo urbano constituía um polo fundamental no comércio e na administração, servindo um *territorium* agrícola e artesanal, cujos habitantes regularmente viajavam à cidade para vender e abastecer-se de bens fundamentais. Se a escolarização crescente pelo distrito fazia sentir a conveniência de uma escola distrital de formação de professores, a dinâmica municipal passava sobretudo por assegurar um prosseguimento de estudos orientada para a economia e os serviços locais. No plano nacional, a normalização da formação docente estava organizada em escolas distritais. Mas os municípios, incluindo os que eram capitais de distrito, não queriam abdicar a oferta de escolas de continuidade que complementassem e de certo modo especializassem os adolescentes e adultos que obtinham aprovação no grau de instrução elementar. Escolas Normais ou Escola Primárias Superiores? Era sobretudo nas capitais de distrito que este dilema se colocava, dividindo as opiniões dos dirigentes. Leiria por um lado lidou com uma Escola Complementar que assegurava as duas modalidades, mas as dificuldades revelaram-se insanáveis.

### **Da escola distrital de habilitação para o magistério primário à escola de ensino normal (Primeira fase)**

A data de 10 de outubro de 1899 pode ser considerada um marco na história da formação de professores no distrito de Leiria. Nesse dia teve início o período de matrículas da recém-criada Escola Distrital de Habilitação para o Magistério Primário (EDHMP), localizada na sede do distrito. À época, matricularam-se 36 alunos para o ano letivo de 1899-1900, sendo 18 do sexo feminino e 18 do sexo masculino, número que se manteria no ano subsequente, porém, com sensível diminuição no ano de 1901-1902. A matrícula estava condicionada ao pagamento da propina na importância de 3190 reis. A maior parte era procedente de outros distritos, como Coimbra (06), Leiria (20) e Santarém (10). As alunas tinham em média 19 anos (entre 16 e 23) e os alunos 18 anos (entre 16 e 26)<sup>16</sup>.

A primeira sessão do conselho escolar da EDHMP foi aberta em 17 de outubro de 1899, sob a presidência do diretor Luiz José de Oliveira Júnior, que permaneceu no cargo por mais de 20 anos. A sessão contou com a participação dos professores Manuel Ignácio de Boaventura, José Mauricio D'Oliveira, D. Elvira Barreto de Perdigão, D. Elvira Júlia da Costa Almeida Campelo Ferraz de Boaventura e António Lopes Teixeira, que igualmente permaneceram na instituição até o seu fechamento em 1926, já como Escola Primária Superior.

Na fotografia abaixo, provavelmente tirada na primeira sessão, observa-se o diretor sentado ao centro, ao lado das professoras Elvira Perdigão e Elvira Boaventura, seguido dos três professores e professoras da escola anexa. Na segunda fileira, sentadas as alunas e, na

<sup>15</sup> Decreto n.º 11730, de 15 de junho de 1926. Cf. Portugal, 1926.

<sup>16</sup> Entre os homens havia 8 com 20 anos ou mais e entre as mulheres 7. (ADLRA, 1899-1901).

última, em pé, os alunos. Cabe salientar o significado da fotografia coletiva como símbolo do coletivo hierárquico, mas congregado na instituição. O ritual da fotografia coletiva tornou-se ícone institucional, como memória e como comprovativo de um momento, de uma época.

**Figura 1** – Corpo docente e discente [1899]<sup>17</sup>



**Fonte:** M|I|MO – Museu da Imagem em Movimento (2019).

Com relação à primeira sessão, as questões de âmbito administrativo ganharam relevo, tendo sido tomadas várias decisões. Em primeiro lugar, ficou definido que as reuniões do conselho escolar seriam realizadas no primeiro dia de cada mês. O diretor propôs ainda que o conselho deliberasse qual dos professores regeria a escola anexa à EDHMP e fizesse a distribuição das disciplinas do 1º ano do curso complementar<sup>18</sup> e de habilitação para o magistério primário. Depois de uma breve discussão, os professores acordaram que a regência da escola anexa<sup>19</sup> ficaria a cargo da professora D. Elvira Julia da Costa Almeida Campelo Ferraz de Boaventura. Sobre o funcionamento, foi fixado que o horário de entrada na escola seria às 10 horas da manhã e o período de estudos destinados aos exercícios escolares duraria quatro horas diárias. Decorridas as duas primeiras aulas, haveria um período de intervalo de descanso aos alunos.

Essa, inclusive, é uma prática característica escolar que perdura até hoje, tendo-se tornado característica do mundo escolar, qual seja a organização por disciplinas distribuídas ao longo dos dias, das semanas e dos meses, com tempo determinado de início e término e com duração limitada. Na concepção de Escolano (2008), a dimensão do tempo na escola<sup>20</sup> constitui um dos elementos estruturais e estruturantes da cultura escolar. Estrutural, porque fixa o ordenamento da instituição por meio de horários calendários. Estruturante, por sua influência e interação com outros elementos que formam a vida escolar - como o espaço, o currículo, a conduta dos sujeitos, entre outros. Na primeira sessão, a distribuição das disciplinas da EDHMP, ficou assim estabelecida pelos professores:

<sup>17</sup> Não foi possível identificar a data da fotografia.

<sup>18</sup> O ensino complementar seria extinto pelo Decreto n.º 8 de 24 de dezembro de 1901, art.111º.

<sup>19</sup> Escola Central Feminina ou Escola Primária Oficial, como visto anteriormente.

<sup>20</sup> A esse respeito, ver Ávila (2013).

**Quadro 1** – Distribuição das disciplinas (1899)

Professor/a	Disciplina
José Luiz de Oliveira Junior (Director)	Pedagogia
António Lopes Teixeira (Secretário das reuniões do conselho escolar)	Português e Geografia
Manuel Ignácio de Boaventura	Arithmetica e Geometria Gymnastica
José Mauricio D'Oliveira	Ciências Naturaes, Moral, direitos e deveres
Elvira Barreto de Figueiredo Perdigão	Desenho, Calligraphia, Canto coral Lavoeres

**Fonte:** Livro de Atas (1899-1925, p. 1).

As sessões seguintes dão nota de uma regularidade de funcionamento, mas, um ano depois, em 26 de agosto de 1900, o diretor convocou reunião em caráter extraordinário para tratar do ofício recebido do comissário de instrução primária do distrito, no qual foi solicitado que fossem nomeadas as dificuldades enfrentadas na execução do Regulamento da Instrução Primária de 1886, na parte atinente aos cursos de habilitação ao magistério. Em resposta ao ofício, o conselho destacou oito pontos, que correspondiam a questões relativas à organização da escola, a exemplo do que ocorria nas escolas normais. Eram dúvidas dos professores a respeito do funcionamento e da organização pedagógica da EDHMP.

Um passo importante foi dado por meio do Decreto n.º 8 de 24 de dezembro de 1901, assinado pelo ministro e secretário de estado dos negócios do Reino, Hintze Ribeiro, que reformou o ensino primário. Segundo observam Afonso e Azevedo (2012), o decreto “[...] é, possivelmente, o iniciador da moderna rede de “preparação de professores”, evidenciando preocupações abrangentes, que vão desde o edifício até a inspeção, sem descurar os programas, os professores, entre outros” (p. 69).

Na análise de Nóvoa (1987), a reforma de 1901 traduz o otimismo face às potencialidades da escola, tão característico do pensamento pedagógico português naquele momento. Tanto é assim, que destaca o artigo que trata da habilitação para o exercício do magistério. Habilitação essa que passou a depender, obrigatoriamente, da aprovação no curso das Escolas Normais ou de habilitação para o Magistério Primário<sup>21</sup>. Desse momento em diante, nenhuma pessoa poderia se tornar professor do magistério primário sem passar por exame em uma escola normal (NÓVOA, 1987). O autor se refere ao processo desencadeado com e a partir da Reforma de 1878, que prevê que os exames de habilitação para o magistério fossem realizados, sempre que possível, nas escolas normais. Tal princípio se materializou na Reforma de 1901<sup>22</sup>.

Nesta reforma, o curso das escolas normais e de habilitação para o magistério primário passa a compreender as seguintes disciplinas: 1º) Língua e literatura portuguesa; 2º) Língua francesa; 3º) Aritmética prática; 4º) Geometria elementar; 5º) Moral e doutrina cristã. História sagrada; 6º) Noções gerais de cronologia, geografia e história, com especialidade a de Portugal; 7º) Caligrafia. Desenho linear e de ornato. Cópia de mapas; 8º) Direitos e deveres dos cidadãos. Noções de escrituração comercial e agrícola; 9º) Elementos de ciências naturais e suas aplicações à agricultura e à higiene. Noções elementares de agricultura prática; 10º) Pedagogia e, em especial, metodologia do ensino primário. Legislação da escola primária portuguesa; 11º) Ginástica elementar; 12º) Noções rudimentares de música, execução de coros; 13º) nas escolas normais do sexo feminino e nas escolas de habilitação, trabalhos de agulha e lavoeres, e regras práticas para o corte em geral.

<sup>21</sup> Decreto nº 8 de 24 de dezembro de 1901. Cf. Portugal (2017).

<sup>22</sup> A esse respeito, ver Nóvoa (1987).



Todos os anos o Governo, atendendo às necessidades do magistério primário, fixaria o número máximo de alunos, de um e outro sexo, e esses poderiam matricular-se no 1º ano das escolas normais e de habilitação para o magistério<sup>23</sup>. Para a matrícula nessas escolas era exigida a idade mínima de 16 anos e permitida a idade máxima de 25 anos<sup>24</sup>.

Quanto ao número de professores, nas escolas normais haveria sete professores ou professoras efetivas e, nas escolas de habilitação, três professores e duas professoras efetivas. A nomeação seria feita pelo Governo, mediante concurso de provas públicas, sendo admitidos ao concurso candidatos com habilitação para o magistério e de preferência os professores ou professoras de instrução primária, que tivessem mais de cinco anos de bom e efetivo serviço no magistério<sup>25</sup>. Na EDHMP, o quadro de professores foi composto por cinco professores efetivos entre os anos de 1899 e 1910, conforme o número atribuído pela legislação em vigor às escolas de habilitação para o magistério.

O decreto normatiza ainda as regras disciplinares. Era expressamente proibido aos professores e professoras das escolas normais e de habilitação para o magistério primário, por exemplo, dirigirem ou exercerem, direta ou indiretamente, e sob qualquer pretexto, o ensino normal particular. E quando algum professor ou professora das escolas normais ou de habilitação ensinasse doutrinas contrárias à religião do Estado, à moral e bons costumes e às Leis do Reino, ou houvesse cometido qualquer delito infamante ou gravemente escandaloso, seria suspenso pelo Governo até ulterior resolução tomada segundo os termos legais. O professor ou professora indiciado teria assegurado o direito a ser ouvido antes da resolução final<sup>26</sup>.

A manutenção das escolas normais tanto os edifícios, a mobília e o material pedagógico das escolas de habilitação para o magistério primário, bem como a sua limpeza e conservação, ficavam sob encargo obrigatório das respectivas Câmaras Municipais. Contudo, nem sempre os pedidos de materiais e artigos indispensáveis ao funcionamento da escola eram atendidos, a escassez de recursos foi recorrente nesse período. Exemplo disso foi a suspensão das pensões e subsídios para livros de alunos das escolas normais, sendo beneficiados apenas os alunos que já recebiam o auxílio anterior à publicação do decreto<sup>27</sup>.

Também em cumprimento do Decreto de 24 de dezembro de 1901, em 22 de outubro de 1902, ou seja, após três anos de funcionamento, a EDHMP passa a designar-se Escola de Ensino Normal de Leiria (EEN). Como referido, aquele decreto consignou uma reforma do ensino primário, determinando, entre outros aspectos, que a habilitação para o exercício do magistério primário ocorra mediante a aprovação no curso das escolas normais ou de habilitação para o magistério primário<sup>28</sup>. Entre 1900 e 1902 a EDHMP diplomou 80 alunos como professores do ensino primário. Nesse último ano, o número de diplomados havia dobrado em relação ao ano anterior, demonstrando o prestígio da escola junto à comunidade do concelho e do distrito de Leiria, além de ser uma novidade o que justificaria, em parte, o interesse pela profissão do magistério.

---

<sup>23</sup> Decreto nº 8 de 24 de dezembro de 1901. Cf. Portugal (2017).

<sup>24</sup> Idem.

<sup>25</sup> Idem.

<sup>26</sup> Decreto nº 8 de 24 de dezembro de 1901. Cf. Portugal (2017).

<sup>27</sup> Idem.

<sup>28</sup> À exceção de Lisboa, Coimbra e Porto, onde as escolas normais continuariam sendo distintas para cada sexo, subsistiriam as existentes escolas de habilitação para o magistério primário, mistas, com programas absolutamente iguais aos daquelas escolas normais (Cf. PORTUGAL, 2017, p. 462).

**Quadro 2** – Diplomas expedidos (1900-1902)

Sexo	1900	1901	1902	Total
Masculino	6	11	19	36
Feminino	9	12	23	44
Total	15	23	42	80

**Fonte:** Livro de Termos de Entrega de Diplomas (ADLRA, 1900-1921).

Em conformidade com a nova legislação, em 1904, algumas disciplinas foram acrescidas e outras reformuladas, mas o curso se manteve com dois anos de duração. Nesse momento, a instituição recebeu dois novos professores efetivos, Antonio Maria da Silva Barreto e Elvira Barreto de Figueiredo Perdigão, que já atuavam na Escola Anexa. A distribuição das disciplinas ficou da seguinte forma:

**Quadro 3** – Distribuição das disciplinas (1904)

Professor/a	Disciplina
José Luiz de Oliveira Júnior (Director)	Pedagogia e Língua Francesa
António Lopes Teixeira (Secretário das reuniões do conselho escolar)	Português, Moral, Direitos e Deveres, Calligraphia, Economia Doméstica
Manuel Ignácio de Boaventura	Aritmethica, Escripuração, Geometria, Gimnastica
Elvira Barreto de Figueiredo Perdigão	Geografia, Desenho, Lavoeres
António Maria da Silva Barreto <sup>29</sup>	Sciências Naturaes, História, Música

**Fonte:** Livro de Atas (1899-1925, p. 43).

Ao final, somavam 16 disciplinas distribuídas por cinco professores, dois a menos do que previa o Decreto de 1901 para as escolas normais. Na organização curricular, as atividades práticas ganharam importância, sendo consideradas como fator de ampliação do repertório cultural e científico dos alunos-mestres<sup>30</sup>. No entanto, as aulas-passeio só poderiam ser realizadas mediante autorização superior. No dia 1 de maio de 1908, a direção da escola enviou, pela primeira vez, ofício à Direção de Instrução Pública, solicitando autorização para o professor de Ciências Naturais, Silva Barreto, realizar com os alunos dois ou três passeios escolares até o fim daquele ano letivo, visto a utilidade de tais passeios na formação dos alunos-mestres.

Para Magalhães (2010, p. 39), “Em abstracto, onde estava o professor estava a aula, que, por consequência, deveria ser ministrada em concordância com os contextos e a disponibilidade de material”. Embora, como refira o autor, uma visita de estudo, por exemplo, fosse interpretada pelo mestre como aula, nem sempre havia instalação adequada para o aluno cumprir o seu ofício.

<sup>29</sup> O professor Silva Barreto também oferecia cursos para a comunidade externa à Escola Normal. Além da sua especialidade em Ciências Naturaes, ofertava “francez theórico e prático” (O LEIRIENSE, 1904, n. 25).

<sup>30</sup> As disciplinas de ginástica, música e lavoeres professadas nas escolas normais e de habilitação para o magistério seriam regidas por professores do quadro, sem direito a nenhuma espécie de gratificação (Cf. PORTUGAL, 1901, p. 483, art. 68º).

## A escola normal e a República: “O homem vale, sobretudo, pela educação que possui” (Segunda fase)

A partir de 1910 com a instalação da República<sup>31</sup>, a educação assume um papel central no novo governo (NÓVOA, 1987; CANDEIAS, 2005; MAGALHÃES, 2010). Na compreensão de Magalhães (2010), a República favoreceu o aprofundamento da ciência pedagógica como ainda conferiu um sentido renovado à cultura escolar, isto é,

Ao cotidiano da escola foram acrescentadas manifestações que a tornavam útil e inteligível junto da população em geral, concretizando os exercícios e as aplicações escolares e tornando públicos os rituais de uma simbólica adequada à regimentação do sistema educativo (MAGALHÃES, 2010, p. 367).

Para o diretor da EEN, professor Luis José de Oliveira Júnior, a República simbolizava uma nova era no país. Na sessão do conselho escolar de 10 de outubro de 1910, o diretor aproveitou para saudar a nova bandeira da Pátria, afirmando que com a mesma lealdade e dedicação com que servira o regime anterior, igualmente serviria a nova República Portuguesa. Destacou a participação do professor Antonio Maria da Silva Barreto, que segundo ele era um antigo democrata sinceramente dedicado à causa da República e que acabava de ser honrado pelo governo provisório com o cargo de governador civil substituto. Em seguida, pediu a palavra o professor Barreto para saudar o novo regime, ao que foi entusiasticamente correspondido por todos os vogais (professores) presentes. Esse, inclusive, pode ser considerado um dos raros momentos de manifestação política registrada nas atas do conselho escolar entre os anos 1899 e 1919.

Em 6 de dezembro de 1910, a EEN já havia aumentado a duração do curso para três anos. Nessa sessão, foi anunciada a chegada de mais um professor, José Marques Castilho. Quanto à distribuição dos horários e das disciplinas, ficou da seguinte forma:

### Quadro 4 – Distribuição disciplinas (1910)

Professores	1ª Classe	2ª Classe	3ª Classe
José Luis de Oliveira Júnior	Pedagogia	Pedagogia Francês	Pedagogia Francês
António Lopes Teixeira	Português Geografia	Português	Português
Manuel Ignácio de Boaventura	Aritmethica Geometria Gymnastica	Aritmethica Geometria Gymnastica	Aritmethica Geometria Gymnastica
António Maria da Silva Barreto Barreto	Sciencias Naturaes Música	Sciencias Naturaes Música	Sciencias Naturaes Música
José Marques Castilho	História Francês Moral, Direitos e Deveres	História Moral, Direitos e Deveres	História Moral, Direitos e Deveres
Elvira Barreto de Figueiredo Perdigão	Lavores, Desenho, Calligraphia	Lavores Desenho Calligraphia	Lavores Desenho Calligraphia Geografia

Fonte: Livro de Atas (1889 a 1925, p. 88).

<sup>31</sup> Na avaliação de Candeias, as interpretações sobre a 1ª República Portuguesa “são conflitantes, mas segundo ele sabemos o que foi e quando teve lugar: foi um regime que nascendo de forma violenta, por meio de um golpe de estado ou de uma revolução, conforme as opiniões, pôs fim a uma monarquia instaurada em 1143. Contudo, durou um pouco menos de dezesseis anos, de 5 de outubro de 1910 a 28 de maio de 1926, quando uma parte do exército português, perante a complacência da maioria da população lhe pôs um término” (p. 161). Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15055.pdf>. Acesso em 02 mar. 2019.

Com 70% da população analfabeta, os primeiros governos da República iniciaram uma série de reformas nos vários graus de ensino, a exemplo da Reforma do ensino infantil, primário e normal de 1911 (Decreto n.º 5.504, de 29 de março), assinada pelo ministro do interior, Antonio José de Almeida. A ênfase na educação é logo mencionada no preâmbulo do relatório da reforma, quando diz que o homem vale, sobretudo, pela educação que possui. Para os legisladores:

Educar uma sociedade é fazê-la progredir, torná-la um conjunto harmônico e conjugado das forças individuais, por seu turno desenvolvidas em toda a plenitude. E só se pode fazer progredir e desenvolver uma sociedade, fazendo com que a ação continua, incessante e persistente de educação, atinja o ser humano, sob o tríptico aspeto: físico, intelectual e moral<sup>32</sup>.

No campo educacional, o Decreto de 1911 estabeleceu em princípio a criação das Escolas Primárias Superiores, o que só ocorreria de fato, a partir de 1919. Com aquele decreto, o governo pretendia “encarar de frente” o problema da educação popular. Uma das dificuldades na organização da “grande massa da população”, segundo o legislador, consistia na precária condição econômica dos professores.

Quanto às escolas normais, se bem que muito houvesse para ser feito, o governo considerava a necessidade de transformá-las, pois parte das quais tinha os seus quadros quase vazios, e criar sucessivamente escolas, providas de professores. O ensino normal, assevera o legislador, elevaria cada vez mais o nível intelectual do professorado, tornando-o apto para a sua missão social. Desse modo, a escola normal passa a corresponder às exigências da pedagogia moderna<sup>33</sup>. Acerca dessa questão, Fernandes (1979) destaca que, um dos aspectos mais característicos do movimento pedagógico português durante a 1.ª República, é o seu vigoroso impulso em direção à constituição de uma pedagogia científica.

O governo também adotou processos de descentralização administrativa e pedagógica e na fiscalização das normas, melhorando as escolas normais e aumentando os vencimentos dos professores, visando proporcionar-lhes independência conforme às exigências da consciência pública em Portugal à época. Contudo, segundo Nóvoa (1987), o balanço da Reforma de 1911 é bastante decepcionante, uma vez que os dois projetos mais ousados como o do ensino primário e o da descentralização, não conseguiram se estabelecer efetivamente. A discrepância entre as ideias da reforma e a realidade socioeconômica do país, bem como as bases sociais da República, impediram a concretização da maioria dos projetos relativos à educação, conclui o autor.

Com o advento da República, a religião também foi banida da escola<sup>34</sup>. Essa disciplina deveria ser tratada no “recanto do lar”, porque o Estado, respeitando a liberdade de todos, não deveria se intrometer. A moral das escolas passa a ter por base os preceitos que regulam a justiça entre os homens e a dignidade dos cidadãos. A escola, a partir de então, torna-se neutra. Nem a favor de Deus, nem contra Deus. Dela foram banidas todas as religiões, menos a religião do dever, que será o culto eterno desta nova igreja cívica do povo, conforme consta no preâmbulo do decreto<sup>35</sup>. No exame de Libânia Xavier (2002) a laicidade constitui um princípio republicano por excelência e marca do cientificismo positivista. Por conseguinte, como ela mesmo diz, o ambiente escolar deve estar acima de crenças e disputas religiosas, respeitando a integridade da personalidade em formação do aluno, à pressão perturbadora da escola quando utilizada como instrumento de propagandas de seitas e doutrinas.

<sup>32</sup> Decreto n.º 5.504, de 29 de março de 1911. Cf. Portugal (1911).

<sup>33</sup> Idem.

<sup>34</sup> O Jornal O Mensageiro (Orgão dos Católicos do Distrito de Leiria), fez severas críticas aos republicanos pelo tratamento dispensado à religião. Para o Jornal tal medida enfraqueceu a imagem dos republicanos junto à comunidade local que era em sua grande parte adepta da religião católica.

<sup>35</sup> Decreto n. 5.504, de 29 de março de 1911. Cf. Portugal (1911).

Em 1913, o governo manda publicar a Lei n.º 12, de 7 de julho que cria o Ministério da Instrução Pública e do qual ficaram dependentes todos os serviços de instrução, à exceção das escolas profissionais dependentes dos Ministérios da Guerra e da Marinha, e da respetiva inspeção<sup>36</sup>. Na avaliação de Nóvoa (1987b), esta legislação, que permaneceu em vigor até 1918, constitui a primeira experiência de descentralização do governo republicano. No ano seguinte entrou em execução a Lei n.º 233, 7 de julho de 1914, que reforma o ensino normal primário. Essa legislação, contudo, teve curta duração, sendo suspensa em junho de 1916.

Passados quatro anos da publicação do Decreto de 1911, o diretor da EEN informou ao conselho escolar, na sessão de 27 de maio de 1915, que havia recebido do Ministério da Instrução Pública uma circular encarregando-o de comunicar o cumprimento dos dispositivos contidos na circular da Secretaria Geral de 30 de dezembro de 1914, referente ao culto da bandeira e ao maior desenvolvimento da educação cívica. Na circular o Ministério da Instrução Pública afirma que:

É um desejo, com efeito, que se dê com base à formação moral das novas gerações, o mais acalentado amor pela pátria e pela República e um forte sentimento cívico bastante eficaz para combater as influências desnacionalizadoras que durante algumas dezenas de anos actuaram na sociedade portuguesa. Não deveriam também os professores esquecer esta verdade fundamental: “amar a Pátria é amar a República, pois as novas instituições foram implantadas pela vontade da Nação e pela Nação tem sido mantida e defendidas<sup>37</sup>.”

Na visão dos republicanos “as orientações de teor nacionalista e cívico integravam a educação moral. Foi pela voz dos professores, individualmente, ou associados, que o compromisso pedagógico, moral, político veio a ser proclamado em diversas circunstâncias” (MAGALHÃES, 2010, p. 364). Além do sentimento cívico e dos rituais estabelecidos pelo governo republicano, o conselho escolar da EEN também se depara com o número crescente de alunos que perderam o ano em 1916 por faltas ou não obtiveram média para prosseguir.

Outro problema enfrentado era a indisciplina. Na sessão de 5 de julho de 1917, o presidente informou ao conselho que mandara levantar ao aluno da 2ª classe do curso, Antonio Henriques Baptista, um auto de investigação por infração disciplinar em virtude de queixa contra ele apresentada, em 25 de junho do corrente ano, pela professora Elvira Barreto de Figueiredo Perdigão. O conselho, depois de examinar o referido auto, considerando que nunca na escola se praticou qualquer falta grave como aquela e, ao contrário, a disciplina sempre nela fora mantida, a fim de salvaguardar a disciplina e o prestígio da escola junto à comunidade local, resolveu pela aplicação da pena de um ano de expulsão. Sobre as medidas disciplinares, Fernandes (2005) chama a atenção para o fato de que a escola se caracteriza por ser também uma estrutura de normalização, isto é, “O código disciplinar, os castigos e os prêmios são parte dessa estrutura, posta em funcionamento pelos professores e por outras autoridades cujos poderes específicos são, em derradeira análise, uma delegação do corpo social” (p.2).

A insuficiência das práticas pedagógicas fornecidas aos alunos também foi objeto de intensa discussão por parte do conselho escolar. Na sessão de 10 de maio de 1918 o diretor comunicou ao conselho o reconhecimento, por parte da 1ª Repartição de Instrução Primária e Normal, da insuficiência da prática fornecida aos alunos das escolas normais pelas escolas primárias que lhes são anexas. Assim, lhe fora ordenado, em circular, que se entendesse com o

---

<sup>36</sup> A partir de então o Ministério passa a se organizar com as seguintes dependências: Secretaria Geral; Conselho de Instrução Pública; Repartição de Instrução Primária e Normal; Repartição de Instrução Secundária; Repartição de Instrução Universitária; Repartição de instrução industrial e Comercial; Repartição de Instrução Agrícola; Repartição de Instrução Artística (Cf. PORTUGAL, 1913. n. 156).

<sup>37</sup> Cf. Portugal (1889-1925, p.118).

inspetor responsável por aquele círculo escolar para que os alunos pudessem receber nas escolas primárias da cidade a prática de que tanto careciam. O conselho foi de opinião que, além de dois alunos, passassem a praticar diariamente, como naquela, mais oito nas duas escolas centrais da cidade, sendo quatro alunos na de sexo masculino e quatro alunas na de feminino.

Tomadas essas deliberações, o diretor informou ao conselho que, em nome do corpo docente da escola, telegrafara, em 18 de dezembro último, ao ministro da instrução significando-lhe uma justa indignação e um verdadeiro pesar pelo monstruoso atentado de que havia sido vítima, no dia 14 daquele mês, o ilustre Presidente da República Portuguesa, Dr. Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais<sup>38</sup>. Em seguida, ponderou que, sendo aquela primeira sessão celebrada pelo conselho depois do crime que atingira a Portugal e o seu chefe supremo, um dos primeiros estadistas dos tempos modernos e um dos vultos mais gloriosos da história pátria, propunha que, na acta respectiva, ficasse exarado um voto de profundo sentimento pela irreparável perda do ilustre extinto, e ainda como homenagem muito sincera prestada à saudosa memória de tão prestigioso e benemérito cidadão<sup>39</sup>.

Esse momento representou, na visão de Goulão (s.d), o grande calvário das escolas de formação de professores primários que se precipitou com os acontecimentos do golpe político-militar de Sidónio Pais, que lançou o caos quase em todas elas, muitas funcionando para efeitos de avaliações de exames de admissão e de finalização de curso. Essa realidade também foi vivida na EEN de Leiria. Até 1915, com exceção de 1906 o número de alunos diplomados ficou abaixo de 10, e de 1916 a 1918, a escola diplomou 54 alunos, número inferior aos primeiros três anos de funcionamento da antiga Escola Distrital de Habilitação para o Magistério (EDHMP). A oscilação no número de matrículas foi uma constante nesse período. Em 1917, matricularam-se no primeiro ano 24 alunos, em 1918, apenas 6 e em 1919, aumentou para 25.

**Tabela 1** – Diplomas expedidos (1903 e 1918)

ANO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
1903	4	1	5
1904	5	4	9
1905	2	-	2
1906	1	9	10
1907	1	-	1
1908	3	1	4
1909	5	4	9
1910	2	-	2
1911	4	4	8
1912	5	-	5
1913	2	6	8
1914	1	3	4
1915	4	5	9
1916	7	11	18
1917	6	5	11
1918	8	17	25
-	60	70	130

**Fonte:** Livro de Termos de Entrega de Diplomas (ADLRA, 1900-1921).

<sup>38</sup> Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais (Caminha, 01-05.1872; Lisboa, 14.12.1918), foi morto a tiros por José Júlio da Costa, ex-sargento do exército, quando se dirigia à Estação do Rossio para apanhar o comboio.

Disponível em: [http://www.museu.presidencia.pt/presidentes\\_bio.php?id=28](http://www.museu.presidencia.pt/presidentes_bio.php?id=28). Acesso em: 20 mar. 2019.

<sup>39</sup> A morte do chefe de estado foi noticiada em todos os jornais do país, causando enorme comoção entre os portugueses.

Em 5 de maio de 1919, as escolas normais foram transformadas em Escolas Primárias Superiores pelo Decreto 5.504. O eixo central dessa reforma passa a ser a formação técnica aliada a uma formação geral destinada às classes populares, questão cara aos republicanos cuja crença era “[...] a de que o ensino primário superior (na sua proposta de adequação às necessidades e públicos locais) constituiria uma importante valência para a dinamização da vida concelhia” (SILVA, 2012, p. 64).

No dia 5 de julho de 1919, estiveram reunidos na sessão do conselho, sob a presidência do diretor, Luis José de Oliveira Junior, os professores Elvira Barreto de Figueiredo Perdigão, António Lopes Teixeira, Joaquim Caetano, Alfredo Pereira Lavos e Plínio Ventura (médico e professor), o diretor com os dois primeiros na qualidade de efetivos da Escola de Ensino Normal e os três últimos também efetivos recentemente nomeados professores da Escola Primária Superior. Nessa reunião foram tratadas apenas questões de nota e aproveitamento dos alunos, conforme determinava o Regulamento das Escolas Primárias Superiores de 1919, porém, nada consta na ata sobre a mudança no estatuto da escola e de sua nova finalidade. Aliás, são raros os momentos de discussão sobre as determinações legais e questões políticas, restringindo-se o conselho escolar ao cumprimento de ordens superiores.

Quanto à transformação das antigas escolas de ensino normal em escolas primárias superiores, em 31 de outubro de 1921, o professor Luis José Oliveira Junior, informa ao delegado do procurador da república na Comarca de Leiria que, ficaram existindo na EEN de Leiria a partir de 1 de julho de 1919, dois cursos perfeitamente distintos e independentes um do outro, a saber: curso normal de habilitação ao magistério primário para os alunos nele matriculados à data de publicação do decreto, que expiraria decorridos dois anos de período transitório, e o curso primário superior, a iniciar no corrente ano de 1921.

Esta deliberação política visava distinguir duas finalidades do prosseguimento dos estudos: a preparação para o magistério primário; a formação técnica e profissional para dar resposta às necessidades da economia e da sociedade nos planos local e regional.

### **Considerações finais**

No período entre 1899 e 1902, o curso de habilitação para o magistério primário esteve subordinado à Escola Distrital de Habilitação para o Magistério Primário de Leiria, e de 1902 a 1919 à Escola de Ensino Normal. Não obstante, as mudanças de estatuto provocadas pelas reformas de ensino que alteraram não somente a designação, mas sobretudo a finalidade dessas escolas, passando da formação de professores primários para uma formação de caráter técnico a partir de 1919, fizeram com que o quadro de professores se mantivesse inalterado até essa data, apenas acrescido de novas contratações a partir da reforma de ensino de 1919. Instaladas no mesmo edifício (antigo Seminário São Estevão, entre os anos de 1916 e 1926) e utilizando-se da mesma escrituração escolar, pode-se dizer que se tratava de “uma mesma instituição” que ao longo do tempo foi se ajustando às mudanças impostas pelas diferentes reformas de ensino.

A despeito da oscilação na frequência escolar, no número de matrículas e de alunos diplomados a criação da Escola de Ensino Normal de Leiria representou mudanças significativas no campo educacional com ressonâncias no século XXI. Em muitos documentos, inclusive, foi possível encontrar a designação Escola de Ensino Normal Distrital de Leiria, para referir a sua abrangência geográfica. O seu funcionamento na primeira década do século XX, assemelhava-se muito ao das escolas de habilitação para o magistério primário, principalmente com relação ao número de professores e duração do curso. Observa-se uma regularidade institucional, no plano interno e na relação com os aspectos locais e regionais. A sociedade leiriense estava atenta ao ensino, particularmente à Escola de Ensino Normal de quem dependiam, em boa parte, a evolução e a normalização.

Investigações mais aprofundadas com relação ao perfil sócioeconômico dos alunos e a inserção profissional dos egressos da Escola de Ensino Normal de Leiria, quem eram e qual a formação dos professores que lecionavam na escola, o papel das escolas anexas na formação dos futuros professores, como ainda os desafios encontrados pelas mulheres no exercício do magistério e a laicidade na educação, por exemplo, trariam contribuições importantes no avanço do conhecimento na área da história da educação de Portugal e, de modo específico, para a história da educação local.

## Referências

ADÃO, Áurea. A história da profissão docente em Portugal: Balanço da investigação realizada nas últimas décadas. *Encontros Ibéricos de História da Educação*, vol. 1º Encontro, 1992, pp. 123-135. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15175.pdf>. Acesso em 22 nov. 2018.

AFONSO, José Antonio, AZEVEDO, Rodrigo. Da escola mista distrital de habilitação para o magistério primário à escola do magistério primário em Braga. In: Pintassilgo, Joaquim (coord). *Escolas de Formação de Professores em Portugal. História, Arquivo, Memória* – (Extra-coleção). Lisboa: Edições Colibri. 2012. pp. 43-117.

ALVES, Dina Duarte. O ensino Superior Politécnico. In: Mourão, A. (Coord.). *A Região de Leiria: Identidade e Desenvolvimento - Um percurso Histórico e Geográfico*. 1.ª Edição – outubro 2005, 2.ª Edição – 2015. Instituto Politécnico de Leiria, Impressão Gráfica Maiadouro S.A. pp. 110-117.

ÁVILA, Virgínia P. S. *A escola no tempo: a construção do tempo em escolas isoladas* (Florianópolis, 1939-1940): UDESC, 2013.

BARREIRA, Luiz Carlos. Escolas primárias superiores em Portugal: uma política pública voltada para a formação do trabalhador urbano. In: *Educação em Foco*, ano 20, n.32- set/dez. 2017- pp.123-144. Disponível em: <http://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/download/1784/1479>. Acesso em: 14 nov. 2018. DOI: <https://doi.org/10.24934/eef.v20i32.1784>

CABRAL, João. *Anais do Município de Leiria*. V. 1, 2ª Edição Revista e Aumentada. Edição da Câmara Municipal de Leiria, 1993.

CANDEIAS, António. *A Primeira República Portuguesa (1910-1926): educação, ruptura e continuidade, um balanço crítico*. 2005. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15055.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2019.

ESCOLANO, Agustín. La invencion del tiempo escolar. In: *O Tempo na Escola*. Ana Christina Venâncio Mignot e Rogerio Fernandes (Orgs.). 1. ed. Porto: Profedições. 2008, pp. 33-53.

FERNANDES, Rogério. *A pedagogia portuguesa contemporânea*. 1.ª edição — 1979. Instituto de Cultura Portuguesa. Oficinas Gráficas da Livraria Bertrand. 1979.

GOULÃO, Francisco. (s.d). *Habilitação para o Magistério*. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15091.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2019.



MAGALHÃES, Justino. *Da Cadeira ao banco. Escola e Modernização* (séculos XVIII-XX). Lisboa: Educa. 2010.

NOVOA, António Sampaio. *Le temps des professeurs: analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII-XIX)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, V. I. Première édition: mai 1987a.

NOVOA, António Sampaio. A. *Le temps des professeurs: analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII-XIX)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, V. II. Première édition: mai 1987b.

PINTASSILGO, Joaquim y MOGARRO, Maria João. Das Escolas Normais às Escolas do Magistério Primário: percurso histórico das escolas de formação de professores do ensino primário, *Historia y Memoria de la Educación*, 2015, pp. 203-238. Disponível em: <https://doi.org/10.5944/hme.1.2015.13285>. Acesso em 12 out. 2018.

PINTASSILGO, Joaquim, MOGARRO, Maria João, HENRIQUES, Raquel Pereira. Das escolas normais às escolas do magistério primário: percurso institucional e enquadramento legal. In: Pintassilgo, Joaquim (coord). *Escolas de Formação de Professores em Portugal. História, Arquivo, Memória*. Lisboa: Edições Colibri. 2012, pp 7-42.

SILVA, Carlos Manique da. (2012) O Ensino Primário Superior em Sintra (1919-1926). In Á. Adão, C. M. Silva, J. Pintassilgo (Org.). *O homem vale, sobretudo, pela educação que possui: revisitando a primeira Reforma Republicana do ensino infantil, primário e normal*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. 2012, pp. 63-78. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6229/1/ensino%20primario%20superior.pdf>. Acesso em 27 abr. 2019.

XAVIER, Libânia Nacif. *Para além do campo educacional: um estudo sobre o manifesto dos pioneiros da educação nova (1932)*. Bragança Paulista: EDUSF. 2002.

## Fontes

[ADLRA]. (1899-1925). Livro de Atas do Conselho Escolar da Escola Distrital de Leiria.

[ADLRA]. (1899-1901). Livro de Matrículas da Escola Distrital de Leiria.

[ADLRA]. (1900-1921). Livro de Termos de Entrega de Diplomas aos Alunos da Escola Distrital de Leiria.

[ADLRA]. (1903-1918). Livro de Matrículas da Escola de Ensino Normal Distrital de Leiria.

## Jornais

CORREIO DE LEIRIA (1895, n. 10). Recenseamento geral da população. 1º Anno.

CORREIO DE LEIRIA (1897, setembro, 137). Instrução pública. 3º Anno.

CORREIO DE LEIRIA (1897, outubro, 110). Nomeação Sr. Barão do Salgueiro. 3º Anno.

CORREIO DE LEIRIA (1898, março, n. 160). Escola de Habilitação para o Magistério Primário. 4º Anno.

O DISTRICTO DE LEIRIA (1896, março, 729). Magistério Primário. Anno XIV.

O LEIRIENSE (1904, setembro, 25). O professor Silva Barreto. Anno I.

O MENSAGEIRO (1918, setembro, 206). Escola Normal. Ano IV.

## Legislação

PORTUGAL. *Decretos n.º 1 e 2 de 22 de dezembro de 1894 – Reforma dos serviços de instrução primária e secundária*. [Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino - Hintze Ribeiro. Diário de Governo, n. 292, p. 3477.

PORTUGAL. *Regulamento Geral do Ensino Primário*: aprovado por decreto de 18 de junho de 1896, em 27 de junho de 1898, n. 141. Lisboa: Diário do Governo, 1896

PORTUGAL. *Cria escola de habilitação para o magistério em Leiria*: aprovada por decreto em 17 de fevereiro de 1898, publicado em 26 de fevereiro de 1898, n. 44, Série I, Lisboa: Diário do Governo, 1898.

PORTUGAL. *Decreto n.º 8 de 24 de dezembro de 1901 – Reforma do ensino primário* [Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino - Hintze Ribeiro. Disponível em: [http://www.cnedu.pt/content/noticias/geral/22517\\_livro\\_reformasebasesdaeducacao\\_cne\\_net.pdf](http://www.cnedu.pt/content/noticias/geral/22517_livro_reformasebasesdaeducacao_cne_net.pdf) . Acesso em 12 mai. 2019.

PORTUGAL. *Decreto com força de lei, de 29 de março de 1911*. Reorganiza os serviços da instrução primária. Diário do Governo, n. 73, Série I, Ministério do Interior, Direcção Geral da Instrução Pública, Lisboa, p. 1341-1347, 30 mar. 1911. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1911/03/07300/13411347.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2019.

PORTUGAL. *Decreto n. 12, de 7 de julho de 1913*. Criação do Ministério da Instrução Pública. Diário do governo, n, 156, ano 1913. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/586322>. Acesso em 12 mai. 2019.

PORTUGAL. *Reformas e bases da educação legado e renovação (1835-2009)*. Conselho Nacional de Educação (CNE). Lisboa: Editorial do Ministério da Educação e Ciência 2017. Disponível em: [http://www.cnedu.pt/content/noticias/geral/22517\\_livro\\_reformasebasesdaeducacao\\_cne\\_net.pdf](http://www.cnedu.pt/content/noticias/geral/22517_livro_reformasebasesdaeducacao_cne_net.pdf). Acesso em 12 mai. 2019.

PORTUGAL. *Decreto n.º 5504, de 5 de maio de 1919*. Transforma, a partir de 1 de julho de 1919, em Escolas Primárias Superiores as antigas Escolas Normais de Lisboa, Pôrto e Coimbra e as de Habilitação ao Magistério do Ensino Primário nas sedes dos restantes distritos do país. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1919/05/09300/07410742.pdf>. Acesso em 12 mai. 2019.

PORTUGAL. *Decreto n.º 5787-A, de 10 de maio de 1919*. Aprova e manda pôr em execução o regulamento das escolas primárias superiores. *Diário do Governo*, n. 98, Série I. Ministério da Instrução Pública, Direcção Geral do Ensino Primário e Normal, 2ª Repartição. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/274966>. Acesso em 12 mai. 2019.

PORTUGAL. *Decreto n.º 11730, de 15 de junho de 1926*. Extingue as Escolas Primárias Superiores a partir de 30 de junho de 1926. *Diário do Governo*, n. 126, Série I, Ministério da Instrução Pública, Direcção Geral do Ensino Primário e Normal – 3ª Repartição, Lisboa, 1 p. 578-579, 5 jun. 1926. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/153785>. Acesso em 12 mai. 2019.

PORTUGAL. *Decreto n.º 9354, de 7 de janeiro de 1924*. Suprime, a partir de 30 de março de 1924, as Escolas Primárias Superiores. *Diário do Governo*, n. 4, Série I, Ministério da Instrução Pública, Gabinete do Ministro, Lisboa, p. 18-19, 7 jan. 1924a. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1924/01/00400/00180019.pdf>. Acesso 12 mai. 2019.

PORTUGAL. *Portaria n.º 4281, de 20 de novembro de 1924*. Determina a reabertura imediata de todas as escolas primárias superiores e cursos complementares. *Diário do Governo*, n. 260, Série I, Ministério da Instrução Pública, Direcção Geral do Ensino Primário e Normal, Lisboa, p. 1750, 20 nov. 1924b. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1924/11/26000/17501750.pdf>. Acesso em 12 mai. 2019.